



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC 07.706/13**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do MariPrev, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais a Sra. Rizelda Marinho da Paixão, Matrícula nº 0072, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que contava, à época do ato, com 11.679 dias de tempo de serviço, e idade de 50 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Cons. em exercício - Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC nº 07.706/13

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): Rizelda Marinho da Paixão

Órgão: MariPrev.

Gestor Responsável: Pedro Jacome de Moura

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – 2.362 /2017

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 07.706/13 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais a Sra Rizelda Marinho da Paixão, Matrícula nº 0072, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 26 de outubro de 2017.**

Assinado 27 de Outubro de 2017 às 12:07



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 27 de Outubro de 2017 às 12:06



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 27 de Outubro de 2017 às 15:34



**Luciano Andrade Farias**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO